

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

COMPONENTE 4 CULTURA

INVESTIMENTO RE-C04-I01 – REDES CULTURAIS E TRANSIÇÃO DIGITAL

MEDIDA C04-I01-M02 – DIGITALIZAÇÃO DE ARTES E PATRIMÓNIO

SUBMEDIDA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO DIGITAL DE CINEMA (DCP) E DE VÍDEO,
IMAGEM E TECNOLOGIA PARA CINETEATROS E CENTROS DE ARTE CONTEMPORÂNEA PÚBLICOS – OT

N.º 08/C04-I01/2022

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO FUNCIONAL DE EQUIPAMENTO

CPV – 38652000-0 – Projetores cinematográficos

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o **PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P.**, sita no Palacete Vilar de Allen, Rua António Cardoso, N.º 175, 4150-081 Porto, com o número de telefone: +351 226 000 454 e endereço eletrónico: geral@patrimoniocultural.gov.pt.

Artigo 2.º

Objeto do Contrato

1. O presente procedimento de Concurso Público tem por objeto principal a aquisição e instalação funcional de equipamento de **Projeção Digital de Cinema (DCP)** para:

- Museu Nacional de Etnologia;
- Museu Nacional dos Coches;
- Museu Nacional Soares dos Reis;
- Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa;
- Museu Monográfico de Conímbriga;

e de **Sistema de Vídeo e Imagem** para:

- Museu Nacional de Arte Contemporânea

de acordo com as condições especificadas no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos.

2. O objeto do Contrato encontra-se definido com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código **CPV - 38652000-0 - Projetores cinematográficos**, nos termos do regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 2007-11-28, aplicável a partir de 2008-09-15.

Artigo 3.º

Órgão responsável pela decisão de contratar e informação de natureza financeira

1. A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente do Conselho Diretivo do PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. por despacho de 15 de abril de 2025.

Artigo 4.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ACIN-Icloud Solutions (<https://www.acingov.pt>).
2. As peças do concurso são integralmente disponibilizadas, de forma direta e gratuita, na plataforma eletrónica utilizada pelo PATRIMÔNIO CULTURAL, I.P., designadamente: <https://acingov.pt>
3. Quando, por qualquer motivo, o Programa de Procedimento ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do anúncio referido no n.º 1 do artigo 130.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.

Artigo 5.º

Esclarecimento, erros e omissões e retificações oficiais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica até às 17:00:00 horas do último dia do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas ao Júri do procedimento, conforme competência delegada.
2. No mesmo prazo, devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados, exceto daqueles que por ele apenas pudessem ser detetados na fase de execução do Contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, advertindo-se que o incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados.

4. Para efeitos do presente procedimento consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do Contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do Contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

5. Até às 17h00 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados nos termos do n.º 1 e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6. Caso a pronúncia seja pela aceitação de erros e omissões, o órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

7. Independentemente do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, caso em que haverá lugar a prorrogação de prazo, nos termos do disposto no artigo 64.º do CCP.

8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões sobre as mesmas tomadas, são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Visitas aos locais

1. Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados poderão visitar os museus, monumentos e sítios arqueológicos, com o objetivo de se inteirarem das condições de execução das prestações objeto do Contrato.

2. Para marcação das visitas devem os interessados submeter na plataforma eletrónica o respetivo pedido, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

3. A data e hora para realização das visitas será comunicada pela mesma via e notificada a todos os interessados conhecidos.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. Pode apresentar proposta qualquer pessoa singular ou pessoa coletiva, cujo objeto social tenha por atividade as prestações abrangidas pelo objeto do Contrato, e que não se encontrem em qualquer das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º

Agrupamentos concorrentes

1. Podem igualmente ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar representante comum para a prática de todos os atos no âmbito do presente concurso, devendo para o efeito entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada uma delas, ou não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que a constituem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do Contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo os documentos de habilitação, exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 9.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve apresentar os seguintes elementos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), que pode ser obtido em www.base.gov.pt/deucp, constituindo o formulário "request.xml" Anexo I ao presente programa;
Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada conforme Anexo II ao presente programa;
- c) Documentos, que de acordo com o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, contenham a informação necessária à avaliação da proposta, conforme definido no artigo 16.º:
 - i) Preço unitário por registo e total, em euros, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que ao preço acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismos, prevalecerá sempre o preço indicado por extenso;
O valor do IVA, deve ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço total. No caso de este não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto;
- d) Declaração sob compromisso de honra em como se compromete e responsabiliza pela completa eliminação de toda a informação dos seus registos informáticos após a entrega definitiva dos elementos produzidos e sua aceitação definitiva pelo PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P.

2. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

4. A proposta deve ser datada e assinada pelo concorrente de acordo com o disposto no artigo 12.º do presente Programa de Procedimento.

5. O preço constante da proposta não poderá ultrapassar, em caso algum, sob pena de exclusão da mesma, o valor fixado como preço base para o presente procedimento.

Artigo 10.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Prazo para a apresentação das propostas

As propostas podem ser apresentadas até às 23 horas e 59 minutos do 30.º dia de calendário a contar da data do envio para publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

Artigo 12.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. (<https://www.acingov.pt>) através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2, são definidos pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 13.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 14.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica: <https://www.acingov.pt>.
2. Mediante a atribuição de um "login" e de uma "password" aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 15.º

Análise das propostas – Esclarecimentos e suprimento de irregularidades

1. As propostas são analisadas em todos os seus termos ou condições e atributos, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 146.º e n.º 2 do artigo 70.º do CCP, sendo excluídas aquelas cuja análise revele alguma das situações previstas nos referidos normativos, bem como as que não cumpram a condição fixada no artigo 9.º.
2. Para efeitos de análise ou da avaliação da proposta, o Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários.
3. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo a indicar, mas nunca superior a 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de suprimento e em que este seja possível, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo o DEUCP;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira e cuja tradução não integrou a proposta;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos que já integram a proposta.
5. Os pedidos do Júri formulados nos termos dos n.ºs 2 e 4, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
6. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 16.º

Critério de adjudicação

1. As propostas, relativamente às quais não se registre qualquer causa de exclusão, são submetidas a avaliação para efeitos de adjudicação de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, segundo modalidade monofator, fixado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, sendo o preço o único aspeto de execução do contrato a celebrar.

Artigo 17.º

Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final

1. O Júri elabora, nos termos do artigo 146.º do CCP, um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas e a ordenação das propostas admitidas, de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. O Relatório Preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de Audiência Prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.
3. Exercido o direito de Audiência Prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera, se for o caso, as observações formuladas e elabora o Relatório Final de avaliação das propostas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
4. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri procede a nova Audiência Prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
5. O Relatório Final, juntamente com os demais documentos, é submetido à apreciação da entidade adjudicante, para decidir sobre a aprovação das propostas nele contidas, designadamente para efeitos de decisão de adjudicação.
6. Caso se registre a apresentação de uma única proposta, não haverá lugar em relação a essas a elaboração dos relatórios Preliminar e Final nem à realização de Audiência Prévia.

Artigo 18.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, bem como o Relatório Final.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do Contrato, para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, se exigível, nos termos do artigo 21.º.

Artigo 19.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, conforme o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, Anexo III ao presente programa;
- b) O adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de não se encontrar na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, nomeadamente:
 - i. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da respetiva entidade adjudicatária, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.
- c) Plano de prevenção da corrupção e de infrações conexas caso o adjudicatário se qualifique como grande empresa;
- d) Para efeitos da celebração do Contrato, deve, ainda, apresentar:
 - a. O comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso, atento o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto. O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º

89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do Contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

b. Identificação dos intervenientes na outorga do Contrato em representação do adjudicatário.

2 – O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica: www.acingov.pt ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, através do seguinte endereço de correio eletrónico: geral@patrimoniocultural.gov.pt com exclusão de qualquer outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

3 – Quando os documentos a que se referem a alínea b) do n.º 1 se encontrem disponíveis na internet, o cocontratante pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio online onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio online e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4 – Quando o cocontratante tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1, ou a indicação prevista no número anterior.

5 – No prazo de 5 (cinco) dias deverá o cocontratante proceder à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

6 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao cocontratante, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 20.º

Causas de não adjudicação

Constitui causa de não adjudicação a verificação de qualquer das condições previstas no artigo 79.º do CCP.

Artigo 21.º

Caução

- 1 - A caução será exigida quando, do valor adjudicado a um mesmo prestador, resulte um preço contratual igual ou superior a 500.000,00 €.
- 2 - A caução destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações e, sendo exigível, será prestada em valor correspondente a 5% do preço contratual.
- 3 - O prazo para o adjudicatário prestar caução é de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação a que se refere o artigo 18.º, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP.
- 4 - A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, à primeira solicitação.
- 5 - Caso o adjudicatário opte prestar caução por garantia bancária ou por seguro caução, uma ou outra deve ser redigida conforme minuta respetiva que se encontra no Anexo IV do presente Programa de Procedimento.
- 6 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 22.º

Contrato

Nos termos do disposto no artigo 94.º do CCP, será reduzido Contrato a escrito.

Artigo 23.º

Minuta do Contrato

1. Em simultâneo com a notificação da adjudicação, é notificada ao adjudicatário a minuta do Contrato para aceitação.
2. A minuta do Contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 24.º

Reclamações contra a minuta do Contrato

1. São admissíveis reclamações contra a minuta de Contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do CCP.
2. Em caso de reclamação, a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do Contrato.

Artigo 25.º

Celebração do Contrato

1. A outorga do Contrato, elaborado em suporte informático, deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta de Contrato ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 (dez) dias sobre a notificação de adjudicação e apresentados todos os documentos de habilitação exigidos, e ocorrerá através da aposição de assinaturas eletrónicas;
2. É de 5 (cinco) dias o prazo para a outorga e remessa (devolução) eletrónica do Contrato.
3. A adjudicação caduca se:
 - a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o Contrato assinado eletronicamente no prazo fixado;
 - b) No caso de o adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 5, do artigo 7.º.
4. O Contrato considera-se outorgado na data de aposição da última assinatura.

Artigo 26.º

Informação relativa a proteção de dados pessoais

1. Em conformidade com a recomendação constante do considerando 78.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), informa-se que todos os dados pessoais a que o PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. tenha acesso no âmbito e por causa do presente procedimento e sejam objeto de tratamento, este encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, sendo aplicáveis todas as regras relativas à transparência e para o exercício dos direitos dos titulares dos dados.
2. Os dados fornecidos serão conservados pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data da celebração do Contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 107.º do CCP, sem prejuízo da observância do prazo previsto de 10 (dez)

anos, nos termos artigo 70.º, n.ºs 1 e 5 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, que aprovou o regime da organização e processo do Tribunal de Contas.

Artigo 27.º

Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente Programa de Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no CCP, na sua redação atual, bem como o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.
2. Para resolução de todos os litígios decorrentes do procedimento fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.
3. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Artigo 28.º

Despesas e encargos

1. São da responsabilidade dos concorrentes as despesas e encargos com a elaboração das propostas.
2. Constituem despesas e encargos do(s) adjudicatário(s):
 - a) As relativas à prestação de caução, se exigível;
 - b) As relativas a emolumentos devidos ao Tribunal de Contas em sede de procedimento de fiscalização prévia, nos termos do Regime de Emolumentos do Tribunal de Contas, quando aplicável.

Artigo 29.º

Prevalência

De acordo com o artigo 51.º do CCP, as normas constantes daquele diploma, relativas às fases de formação e de execução do Contrato, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

SEDE: PALACETE VILAR DE ALLEN
RUA ANTÓNIO CARDOSO, 175
4150-081 PORTO, PORTUGAL

GERAL@PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT
WWW.PATRIMONIOCULTURAL.GOV.PT

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA
LARGO DA AJUDA
1349-021 LISBOA, PORTUGAL

T. +351 226 000 454
T. +351 213 614 200



ANEXOS

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Decreto-Lei 18 de 2008 de 29 de janeiro]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa)e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada(2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que

eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura(5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º ...

Em nome e a pedido de ... (adjudicatário), vem o(a) ... (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de ... (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de ... (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ... (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)

MODELO DE CAUÇÃO POR DEPÓSITO EM DINHEIRO

..... €

Vai com escritório em, depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição), a quantia de € (..... euros), como caução referente às obrigações decorrentes do contrato de aquisição da prestação de serviços relativa ao Concurso Público para ".....".

Este depósito fica à ordem do (identificação da entidade adjudicante), com sede na (....), entidade a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data ____/____/____

Assinaturas